

A VALORIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA PELA NACIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS ALEMÃS NA REGIÃO DO CONTESTADO EM SANTA CATARINA

Nilson Thomé¹

RESUMO: Este ensaio insinua a valorização da escola pública na Região do Contestado somente com a aplicação das medidas repressoras às escolas estrangeiras existentes nas vilas e núcleos coloniais neste território, quando da Campanha de Nacionalização, durante o Estado Novo. Levanta informações sobre a campanha de nacionalização na região, ocorrida entre 1937 e 1945 e influenciada pelos vínculos da ação integralista catarinense com o movimento nacional-socialista e o nazi-fascismo, durante o Estado Novo, que provocou o fechamento de dezenas de escolas de instrução primária nas áreas de colonização com imigrantes germânicos, viabilizando – em parte - sua substituição por escolas públicas, até então inexistentes. Acrescida aos efeitos da Guerra do Contestado, a nacionalização das escolas alemãs também foi um dos fatores mais importantes do retardamento da evolução da educação escolar no Centro-Oeste de Santa Catarina.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Contestado, Nacionalização.

ABSTRACT: This essay is about the appreciation of public school in the region of Contestado only with the application a of repressive system to the foreign schools existing in the villages and colonial nuclei in this territory, when the campaign of nationalization was being held, during the New State. There are information about the campaign of nationalization in this region, that took place between 1937 and 1945 and influenced by the actions of the Brazilian fascist party from Santa Catarina connected with the socialist national movement and the nazi-fascism, during the New State, that lead many primary schools located in areas of Germanic immigrant colonization to close down, giving place to public schools, that up to the moment did not exist. Added to the effects of the Contestado War, the nationalization of german schools was also a very significant factor of retardation of the development of school education in the Middle-west of Santa Catarina

KEY-WORDS: Education; Contestado, SC – Brasil; Nationalization.

¹ Prof. de História de Santa Catarina e de História do Contestado na Univ. do Contestado, em Caçador (SC). Mestre em Educação e doutorando em Educação (História, Filosofia e Educação) na FE/Unicamp. E-Mail: nthhome@cdr.unc.br

Este ensaio, parte de tese de doutoramento em elaboração, sob orientação do Prof. Dr. José Luís Sanfelice, problematiza a valorização da escola pública na Região do Contestado após a aplicação de medidas repressoras às escolas estrangeiras existentes nas vilas e núcleos coloniais neste território quando da Campanha de Nacionalização, durante o Estado Novo. Depois de fechadas centenas de escolas paroquiais, particulares e comunitárias, as escolas primárias, prometidas para substituí-las, caracterizaram-se como moeda de troca com valor político-eleitoral

Os primeiros imigrantes que vieram em levas para o Brasil após a Independência foram os de origem alemã. No Sul do nosso país, num primeiro momento, os alemães foram destacados para os núcleos coloniais de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no ano de 1824, na Região do Contestado, no Paraná, na colônia de Rio Negro/Mafra, no ano de 1829 e, no Litoral de Santa Catarina, com a colônia de São Pedro de Alcântara, também em 1829.

O processo de colonização no Brasil-Império fez parte da estratégia governamental de atrair imigrantes estrangeiros (europeus) que fixassem assento e trabalhassem em território brasileiro. Em *O Brasil dos Imigrantes*, Lúcia Lippi de Oliveira (2001, p.10) tem que “no Brasil do século XIX, a política de imigração visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas”. Considere-se, também, outro fator preponderante para incentivar a imigração europeia, qual seja, a possibilidade do *branqueamento* da população residente no Brasil, pois que, na época, ela era basicamente composta de portugueses, luso-brasileiros, índios nativos e negros africanos. Estimavam os intelectuais brasileiros construtores da teoria do *branqueamento* no início do século XIX, que o “processo seletivo de miscigenação dentro de três ou quatro gerações faria surgir uma população branca” (op. cit., p. 13).

A nacionalização – objeto deste estudo – foi um fenômeno social e político, ocorrido no Brasil, na primeira metade do Século XX, com ênfase para o período de 1937 a 1942, durante o governo denominado Estado Novo, implantado sob a liderança de Getúlio Vargas. Quando deste fato, que atingiu em cheio as escolas que atendiam os imigrantes europeus, os alemães, já estavam em solo brasileiro e, por conseguinte, na Região do Contestado, havia um século. A considerar, também, que certas formas de repressão ao *deutschtum*², atingindo as comunidades teuto-brasileiros, já se manifestavam desde os primeiros anos do Século XX.

A região do Contestado

No centro-oeste do estado de Santa Catarina, a oriente do Rio do Peixe, localiza-se a região do Contestado que, entre 1913 e 1916, foi cenário da guerra do Contestado. Faz

2 Segundo René Gertz (1997, p.32), para os teuto-brasileiros, um conceito, expresso pela palavra *Deutschtum* (germanidade), mostrava sua visão de nação e cidadania e revestia-se de uma importância muito grande para a conservação de certas tradições e heranças de seus antepassados. Germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*. É usada às vezes para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas, de maneira geral, entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática da defesa da germanidade das populações de origem alemã.

parte de área maior, que antigamente se estendia ao Extremo-Oeste, na fronteira com a Argentina (incluindo os atuais oeste catarinense e sudoeste paranaense), constituindo o território Contestado, geograficamente assim conhecido até 1917, quando da solução final dada à questão de limites entre Paraná e Santa Catarina.

No final do século XIX e nos primeiros anos do Século XX, o Paraná, emancipado de São Paulo em 1853, administrou e promoveu a ocupação das terras ao Norte e a Oeste do Rio do Peixe, pelos seus municípios de Rio Negro, Porto União da Vitória, Palmas, Itaiópolis e Três Barras, enquanto que, por sua vez, Santa Catarina ocupou a área até a margem esquerda do Rio do Peixe pelos municípios de Lages, Curitiba, Campos Novos e Canoinhas. Neste tempo, começaram a chegar as principais levas de imigrantes, resultado dos planos paranaenses de colonização, compostas principalmente de alemães, russos, austríacos, suíços, poloneses, ucranianos e italianos.

Até a abertura da estrada-de-ferro no Vale do Rio do Peixe, em 1910, a região teve vagaroso ritmo de desenvolvimento. O povo – caboclo luso-brasileiro, na maioria – vivia em solidão, longe dos recursos que a modernidade proporcionava às pessoas dos centros maiores. As principais atividades econômicas resumiam-se em extração da erva-mate, tropeirismo, lavouras de subsistência, criação de gado bovino e de suínos e, produção de derivados da pecuária. Foi neste cenário que ocorreu a Guerra do Contestado, o fato mais genuíno e marcante da história regional, que eclodiu pela junção de motivações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A dominação da educação escolar e da alfabetização na Região do Contestado pelas oligarquias catarinenses durante o Império manteve-se durante a República Velha, sendo algumas das suas características: a manutenção de pequeno número de escolas, resultando na baixa oferta de matrículas; estabelecimentos públicos voltados apenas para as primeiras séries do ensino básico; nenhum indício de intenção de abertura ao ensino profissionalizante rural ou industrial, como era a vocação regional na época; excessivo controle do pessoal envolvido no processo educacional; nomeações de diretores de escolas e de professores com pouco ou nenhum critério técnico e seguindo indicações políticas; e manutenção da população adulta analfabeta no analfabetismo absoluto.

Alemães no Contestado

Terminada a guerra do Contestado, já em 1917, depois da assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina (1916), os catarinenses criaram os municípios de Mafra (ao sul de Rio Negro-PR) e de Porto União (ao sul de União da Vitória-PR), no interior do Contestado, e de Cruzeiro (depois Joaçaba) no meio-oeste e à direita do rio do Peixe e, de Chapecó, no extremo-oeste, fazendo fronteira com a Argentina.

Desde alguns anos antes do Acordo de Limites PR-SC, dezenas de famílias de origem alemã já habitavam terras da região ao sul dos rios Negro e Iguazu. Dentro dos planos da Província de São Paulo, de povoar o sul do seu território, alcançando as terras contestadas com Santa Catarina, no dia 6 de fevereiro de 1829 foi instalado o primeiro núcleo de

colonização germânica catarinense, no hoje município de Mafra, mas à época Rio Negro. No Planalto Norte, encontramos registros de muitas famílias germânicas pioneiras, chegadas desde então, diretamente da Europa, como também outras, vindas depois, originárias de outras colônias alemãs, tanto do Paraná como de várias partes do Brasil. Entre 1877 e 1888, chegaram a Rio Negro/Mafra famílias bucovinas, originárias da Baviera e do Böhmerwald.

Em 1881, chegaram a Porto União da Vitória as primeiras famílias de imigrantes alemães, incentivadas pelo governo do Paraná. Nos vales do Iguazu e do Timbó, na parte da região do Contestado que foi anexada a Santa Catarina, entre 1881 e 1885, instalaram-se dezenas de famílias. Depois de 1910, encontramos em comunidades da área rural do hoje município de Porto União os registros das chegadas alemãs, atraídas pelos planos de colonização das terras do chamado ramal de São Francisco e da linha principal da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande – EFSPRG.

As primeiras famílias germânicas a chegar na parte central da Região do Contestado a partir de 1870, vieram diretamente da Alemanha, algumas delas tendo, antes, se fixado em terras de Rio Negro (PR) e em outras colônias alemãs do sul do Paraná, que se instalaram nos campos de São João (Matos Costa), São João de Cima (Calmon) e Perdizes Grandes (Lebon Régis), mais outras famílias que se estabeleceram na serra e campos do Corisco (Santa Cecília) a partir de 1885 e, também, em Campos Novos, todas tidas como latifundiárias, em fazendas de criação e lavoura.

Ainda em 1911, ao sul do eixo Porto União-Mafra, agora no alto vale do Rio do Peixe, a EFSPRG fez uma das primeiras tentativas de colonização das terras marginais aos trilhos, com a instalação do pioneiro núcleo de famílias alemãs imigrantes na Estação de Rio das Antas, e na colônia Rio do Peixe (hoje Piratuba). O plano de colonização foi interrompido em 1914, por causa da guerra do Contestado, sendo reiniciado em 1918.

Juntamente com as escolas dos pioneiros imigrantes italianos, poloneses e ucranianos, até o Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, as escolas “paroquiais” alemãs, criadas pelas igrejas que atendiam os imigrantes germânicos – a católica e a luterana – supriam a quase total ausência de unidades escolares públicas junto aos núcleos coloniais.

A Cia. Estrada de Ferro vendeu a maioria das terras demarcadas ao longo das margens do Rio do Peixe, que recebeu como devolutas da União por conta da construção da ferrovia, a empresários de São Paulo e do Rio Grande do Sul que, apostando nos empreendimentos, criaram empresas colonizadoras e, a partir de 1918, promoveram a vinda de milhares de famílias. Assim, finda a I Guerra Mundial, chegaram à Colônia Rio Preto (depois Princesa Isabel e atualmente Ipoméia, bem próxima à colônia Rio das Antas), famílias na maioria originárias de Hamburg, Chistto e Benzume (Alemanha), da Polônia, da Holanda e de Strassbourg. Com mais intensidade depois de 1918, a Colônia XV de Novembro e a Colônia Rio das Pedras receberam alemães e teuto-brasileiros. Estes imóveis originaram Vitória e de Perdizes (vilas separadas pelo Rio do Peixe), que, em 1944, formaram a cidade de Videira.

A partir de 1918, quando da chegada dos primeiros imigrantes europeus e descendentes de imigrantes egressos das colônias velhas do Rio Grande do Sul, do Sul do Paraná

e do norte e nordeste de Santa Catarina, nas maiores áreas no alto vale do Rio do Peixe, foram constituídas as colônias mistas de rio Caçador³, rio das Antas, rio Preto, Caçador (Santelmo), rio das Pedras e XV de Novembro, originando um segundo grupo de comunidades teuto-brasileiras na região, que se consolidaram até o final da década de 1950, quando praticamente cessou o fluxo migratório colonizador.

O “perigo alemão”

Sérgio Luiz Marlow, em seu trabalho *Nacionalismo e Igreja: o Estado Novo e a Igreja Luterana Sínodo de Missouri*, tem que, especialmente a partir da década de 1910, após a Primeira Guerra Mundial, e durante os anos 1920, surgiram e cresceram movimentos nacionalistas de maior expressão, contrários à vinda de imigrantes e mesmo preocupados com a presença de um grande número destes no Brasil. Escreve que “Surgiu em especial a idéia do ‘perigo alemão’, na qual procurar-se-ia transformar parte do país (principalmente os Estados sulinos) numa continuação do avanço imperialista alemão” (In: Internet). Ainda segundo este autor, “com o advento do nazismo e da possível influência nacional-socialista do Terceiro Reich Alemão, o tema e o perigo de uma investida estrangeira no Brasil ressurgiu nos anos trinta com bastante força”. (op. cit.).

Em Santa Catarina, os primeiros grupos considerados “hitleristas” surgiram em 1929, ainda antes de Hitler subir ao poder. De 1933 a 1937, o Estado sentiu a ação de núcleos hitleristas, que constituíram círculos, grupos, pontos de apoio, blocos e células da “Organização do Exterior – OE”, integrante do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – NSDAP. O conjunto hitlerista, chamado “perigo alemão” teria sido um dos fatores para a decretação do Estado Novo no Brasil, em novembro de 1937.

Para Marlow, entretanto, e apesar de opiniões favoráveis à vinda dos imigrantes, o que se viu na maioria dos casos e através dos depoimentos da época foi que, desde o início da imigração para o Brasil, críticas foram levantadas, em especial, à maneira como os grupos estrangeiros se fixaram e se distinguiram dos brasileiros natos. Ele cita René Gertz para confirmar que

acusação repetida contra alemães e descendentes, desde o início da imigração de 1824, é o da não-integração. Esses colonizadores se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural em geral, do que resultaria uma verdadeira anticidade brasileira, mesmo para com os descendentes que são brasileiros de fato e de verdade. (Gertz, 1997, p. 13).

Círculos ingleses, norte-americanos e brasileiros retomaram, nos anos trinta, um tema que era debatido desde o século passado e que fora muito comentado durante a I Guerra. Acentuava-se novamente a existência de intenções políticas-militares alemãs no sul do Brasil, destacando-se o papel que os “teutos” residentes na área

³ O Município de Caçador foi criado em 1934, com a cidade constituindo-se a partir da junção de duas vilas, Rio Caçador (pertencente a Campos Novos) e Santelmo (pertencente a Porto União), separadas pelo Rio do Peixe, estas que começaram a se formar em 1918.

deveriam exercer neste empreendimento. (Gertz, 1987, p. 74). Mas, ainda conforme René Gertz, pesquisas recentes com base documental mostraram que não há nenhuma comprovação para a teoria de uma possível conspiração, ou mesmo de um plano, por parte da Alemanha, em conquistar a América do Sul, e conseqüentemente o Brasil, como foi insinuado (op. cit., p. 78).

O golpe de 10 de novembro de 1937 buscou acautelar as tradições de soberania e de povo livre do Brasil. Por ato do governo da República de 18 de abril de 1938, foi vedado aos estrangeiros participar de atividades políticas no Brasil. Em setembro de 1938, aconteceu a retirada provisória dos respectivos embaixadores e, em 1942 verificou-se o rompimento completo das relações e decretação do estado de guerra por parte do Brasil.

Segundo Francisca Pereira Rodrigues (1937, p.8), era o brasileiro que rejeitava o imigrante e não o estrangeiro que, ao se recusar a aprender a língua portuguesa, não aceitava vir a ser brasileiro. A nacionalização dos cidadãos brasileiros passaria necessariamente pela nacionalização das escolas, através de professores capazes de se ambientarem nos meios estrangeiros e transformarem suas mentalidades (p. 8). A autora não atribuía ao Estado, mas ao professor, a tarefa da nacionalização das escolas estrangeiras, como se esse pudesse livremente deliberar sobre as relações produzidas no interior do sistema educacional.

Em *O Braço Estrangeiro*, sua fala no I Congresso Brasileiro de Educação Rural, Francisca Rodrigues entendia, no entanto, que a língua, constituía-se num dos pilares da defesa do estrangeirismo, na medida em que “a língua é o expoente excelso das nacionalidades! Os estrangeiros sentem melhor essa verdade. Cerram-se em um círculo onde a palavra, que é a sua, não é entendida por nós”. (Rodrigues, 1937, p. 9). Entretanto, não atenta para o fato de que não se transformam os interesses de uma nação ou se executa a implantação de uma língua apenas pela vontade dos professores, mas por leis que se façam cumprir e por um sério trabalho de educação e formação, mormente nos ambientes extra-escolares como igrejas, clubes e meios de comunicação de massa. Com o estabelecimento e permanência das escolas estrangeiras, acreditava que “enquanto o Brasil se abre festivo, agasalhando os elementos que, em busca do seu bem-estar, cooperam para que possamos crescer e progredir, eles continuam fiéis à pátria longínqua”, (Rodrigues, 1937, p. 84), dificultando sua integração à nação que os acolheu e que lhes sustenta e sempre prontos a defender os interesses de sua antiga pátria.

Luiz Bezerra Neto (2002), em sua pesquisa para doutoramento, na parte em que trata do ruralismo e a defesa do nacionalismo, salienta que a *desnacionalização* verificava-se no Brasil desde anos antes da Revolução de 1930, ao mencionar obras de Sud Menucci, de 1930, 1932 e 1934, e de Aggeô Pereira do Amaral, de 1932. Assim, antes do sepultamento da República Velha, portanto, ainda antes do Estado Novo, já existia a preocupação pela “nacionalização” dos imigrantes. Dizia Amaral:

Habitada por brasileiros de todos os estados e por estrangeiros de quase todos os países, zonas há em que a escola precisa radicar a população dos diferentes núcleos, despertar-lhe o amor ao trabalho agrícola e, principalmente, arrebanhar a criança para a sombra do pavilhão brasileiro, ao som de hinos cantados em nosso idioma, ao sabor de fatos históricos de nossa pátria,

fazendo sentir às crianças, filhas de estrangeiros, o dever de amor e dedicação ao solo brasileiro, a esta pátria que é a sua, apesar de não ser a de seus progenitores. (Amaral, 1932, p. 57).

Conforme Sud Menucci, a nacionalização do território brasileiro se daria pelo ensino, principalmente pelo ensino público, que ainda não estava corrompido pelos vícios da desnacionalização, tal qual o ensino praticado nas escolas particulares, mantidos pelos imigrantes, que como consequência, mantinham suas línguas de origem. Outro problema destacado por Menucci, era a falta de controle sobre as escolas particulares, que reinavam autônomas na nação brasileira, sem uma lei geral que as regulamentassem e sem uma fiscalização eficiente que desse conta do enquadramento dessas escolas, como ocorria com as escolas públicas (Bezerra, 2002). A desnacionalização verificava-se

pelo uso das línguas estrangeiras, incorporadas pelos imigrantes que pelos mais variados motivos se recusavam a falar o português. O não uso do português se dava principalmente nas escolas particulares mantidas por imigrantes, mormente porque muitos professores sequer eram brasileiros, fato que não ocorria nas escolas públicas, que eram obrigadas a usarem o idioma nacional. (Menucci, apud Bezerra, op. cit.)

Para o pedagogo de Piracicaba, Sud Menucci (1932, p.41), que teve experiência na nacionalização do ensino em São Paulo, depois da I Guerra Mundial,

foi um trabalho exaustivo exigir que todos os professores e diretores de escolas particulares soubessem falar corretamente o português; que nenhuma criança brasileira fosse alfabetizada em língua estranha; que nenhum professor de jardim de infância, de geografia, de história pátria, de língua materna deixasse de ser brasileiro; que todos os livros, cadernos, mapas murais, mapas e material de ensino fossem redigidos em português, bem como toda a escrituração do estabelecimento e o próprio nome da casa; fiscalizar a adoção de livros didáticos, tanto em vernáculo, como em língua estrangeira, para evitar continuassem os nossos conterrâneos a ler insultos contra o nosso país; fazer respeitar rigorosamente os dispositivos que proíbem os castigos físicos, as más instalações dos prédios e o acúmulo de crianças nas salas, tudo isso foi uma tarefa superior ao trabalho normal dos onze anos da delegacia.

Na sua tese de doutorado na PUC/SP, *Magistério e Imigração Alemã. O Professor Paroquial Católico Teuto-Brasileiro do Rio Grande do Sul no Movimento da Restauração*, Lúcio Kreutz (1985) registra que a questão do bi-linguismo na escola teuto-brasileira estava presente desde 1900 entre os temas prioritários das assembleias. Na pesquisa desenvolvida, ele observou, por exemplo, que em 1913, nas escolas paroquiais alemãs, havia a orientação do ensino religioso na língua materna e o descontentamento com a obrigação "inaceitável" de dedicar duas horas diárias de aulas em português: "Normalmente os alunos iniciavam o ensino elementar com total desconhecimento do português. Em família e em sociedade, etnicamente homogênea, se falava apenas alemão. Havia a opinião de que a fé e os valores morais estariam vinculados com a manutenção da língua alemã" (p. 245). A reação, ou seja, a iniciativa por mais aulas em português, segundo ele, surgiu dos próprios alunos de escolas normais, na década de 1930, diante da necessidade do aprendizado da língua nacional, obrigatoriedade, aliás, para o reconhecimento de seus diplomas pelo governo.

Ao estudar a memória histórico-discursiva produzida a partir do lugar do sujeito imigrante tornado brasileiro, incluindo aí a memória da sua língua, pensando essas memórias na relação entre as línguas dos imigrantes e a língua nacional, e entre as formulações da experiência de imigração e a discursividade nacional brasileira, em sua pesquisa de doutorado na Unicamp, *Memória(s) da língua. Língua nacional e língua materna*, M. Onice Payer entende que houve um silenciamento ou apagamento das línguas dos imigrantes no Brasil, e que há traços da língua, presentes no Português, indicando sinais de sobrevivência da língua apagada. Esse apagamento é entendido pelo avesso, já que não se pode dizer que houvesse uma intenção do Estado em impedir que os imigrantes falassem suas línguas. Tratava-se de levá-los a falar a língua nacional do Brasil e a torná-los sujeitos de nacionalidade brasileira.

Esta leitura pelo avesso encontra vestígios significativos já nas primeiras tentativas de nacionalização dos imigrantes propostas no início do século. Mas o acontecimento histórico-lingüístico mais importante para o silenciamento das línguas dos imigrantes foi a sua interdição oficial durante o Estado Novo, a partir de 1937, através de instrumentos jurídicos (Constituição de 1937, decretos-leis estaduais, portarias, inspeções, etc.). O objetivo enunciado pelo Estado, ao lado do fortalecimento do Estado Nacional – bandeira política de Vargas – era o de inibir a manifestação dos imigrantes italianos e alemães no contexto da segunda guerra mundial. (Payer, sd.).

Ainda segundo a mesma autora, a repressão política se tornou brutal e generalizada em 1942. A campanha de nacionalização exigiu que os imigrantes assumissem a brasilidade e assim acabou contrapondo duas visões de mundo e gerando um novo conjunto de valores. “A proibição da utilização escrita e oral dos idiomas europeus teve um significado ideológico profundo para as populações de origem alemã, significou uma interferência na sua cultura, na sua própria personalidade”. (Payer, sd.).

Nazifascismo e integralismo em Santa Catarina

O nazismo entrou em Santa Catarina na década de 30, através do NSDAP, quando a política externa brasileira estava mais próxima da Alemanha do que dos Estados Unidos e da Inglaterra. Com isto, as colônias alemãs catarinenses regozijavam-se pelo incremento industrial e pelo aumento das exportações para a Alemanha, ao mesmo tempo em que se contrapunham à administração de Nereu Ramos, que representava as oligarquias rurais; mais ainda, em 1934, quando Nereu Ramos dividiu Blumenau para criar diversos outros municípios.

Com a entrada da “nova” República, o ano de 1934 abrigou a introdução de outro elemento na política brasileira: o integralismo, um movimento ideológico de extrema-direita, que logo alcançou Santa Catarina⁴. O movimento expandiu-se rapidamente, sob o

4 O integralismo foi organizado no Brasil em 1932, por iniciativa de Plínio Salgado, ao reunir diversas correntes fascistas que já existiam no País, então abrigadas na Ação Integralista Brasileira – AIB.

lema “Deus, Pátria e Família”, chegando a ter, em 1936, no País, cerca de 800 mil filiados, conhecidos como “camisas verdes”. No Estado, “os primeiros núcleos do Integralismo foram fundados em municípios onde o elemento étnico alemão era numericamente superior aos demais”. (Corrêa, 1984, p. 170).

Em seu trabalho de pesquisa, Sérgio Luiz Marlow levantou que o brasilianista Stanley Hilton chegou a afirmar que, com base em pesquisas em documentação de arquivos, não houve nenhum caso de alemão, ou de mesmo um imigrante teuto-brasileiro, que tenha saído das regiões de colonização no interior do Brasil, notadamente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, para fazer espionagem a favor da Alemanha.

Estas constatações, entretanto, não devem causar a impressão de que a ascensão nazista na Alemanha não tivesse despertado nenhuma atenção entre os teuto-brasileiros. Havia escritos que afirmavam que 80% da população do sul do Brasil eram nazistas. A própria campanha de nacionalização imposta pelo regime de Getúlio Vargas era uma medida coletiva que comprova que os próprios governantes brasileiros também pensavam desta maneira. E de fato, grande parte da bibliografia política e policial da época mostra que se partia do pressuposto de que quase a totalidade da população de origem alemã em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul era nazista.

É difícil precisar o número de teuto-brasileiros que aderiram ao programa nazista no Brasil. Segundo René Gertz, especialmente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, considerados focos em potencial de uma ação do Terceiro Reich, os números mostravam apenas um pequeno grupo organizado que realmente pertencia ao partido nazista local. “Estimativas apontam para um número entre 400 a 500 para o Rio Grande do Sul e, para Santa Catarina, deve-se admitir número semelhante, levando em conta a quantidade e o nível de grupos nazistas daquele Estado. No entanto, existiam mais de 25.000 indivíduos nascidos na Alemanha neste dois Estados. (Marlow, op. cit.).

Já em outubro de 1932, Plínio Salgado havia dado publicidade ao seu “Manifesto de Outubro”, iniciando assim o Movimento Integralista, o que se deu logo após o término da Revolução Paulista. Para Plínio Salgado, o Integralismo seria um sistema puramente brasileiro e não apenas cópia do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão. Segundo João Kuehne, Comissário de Polícia e Chefe da Seção do DOPS/SC, em *O Integralismo Nazi-fascista em Santa Catarina*, na obra *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*,

não fora a primeira tentativa de iniciar um movimento semelhante ao fascismo e nazismo. A tomada de poder, pelos nazistas, na Alemanha, veio dar um desenvolvimento enorme ao Movimento Integralista no Brasil, onde grande é o número de alemães e italianos, bem como de descendentes que, em grande parte educados num sentido tradicionalista pelos seus progenitores, acorreram a engrossar as fileiras do Sigma. Em Santa Catarina os primeiros núcleos foram fundados em localidades onde o elemento étnico supera os demais, isto é, em Joinville e Itajaí. O grupo de Blumenau teve como fundadores três brasileiros de descendência alemã. (p. 121).

Em 1933, o IV Círculo, com sede em Blumenau, tinha jurisdição em Santa Catarina, envolvendo, no Contestado os grupos organizados nas localidades de Cruzeiro, Porto

União, Rio das Antas, Canoinhas, Perdizes, Santa Isabel, Rio do Peixe e Concórdia⁵. Em cartas datadas de 1933 e 1934, escritas por um dos fundadores do Núcleo Integralista de Itajaí, ao Major Hansoto Vorberg, (este que serviu nas colônias da África do Sul de durante a I Guerra Mundial), encontradas durante a repressão aos alemães catarinenses, há situações reveladoras. Numa carta, de 25 de fevereiro de 1934, consta:

Em Santa Catarina, nós, camisas verdes, já temos 26 grupos de localidade e no país já somos 182.000. Mas para referir-me unicamente aos camisas-verdes, devo comunicar-lhe que desde março deste ano, o Movimento (Ação Integralista Brasileira) tem organização idêntica ao nacional-socialismo alemão. Até então tínhamos o sistema fascista do Triunvirato, que era assistido por um Grupo de Centralização, composto de 11 pessoas, como direção suprema. Hoje acabamos com o Triunvirato e adotamos o princípio nacional-socialista de chefia, com o fuehrer e sub-chefes em cada Estado e cada Município. O movimento é fantástico e sem dúvida a idéia será vencedora. (DOPS/S, 1944, p. 123).

A perseguição aos Integralistas no Vale do Rio do Peixe alcançou muitas pessoas, como, por exemplo, a Fritz Knoepfler, nazista de Perdizes (atual cidade de Videira) que, em carta de 11 de maio de 1936, solicitou a Ricardo Gruenwaldt, Chefe Integralista em Jaraguá, o envio de mais material de propaganda integralista em alemão, “por ser de grande interesse à causa. Faltando apenas a instrução”. (op. cit., p. 132).

Em Santa Catarina, aconteceu uma atípica junção “nazismo-integralismo”, que tinha como uma das referências o combate ao comunismo, aqui visto a partir do modelo russo, que assustava os brasileiros integralistas e os teutos, tanto os da Alemanha como os que se encontravam no Brasil. “A simpatia do teuto-brasileiro pelo movimento Integralista foi perfeitamente compreensível, porque, tendo ambos, Social-Nacionalistas e Integralistas, uma estrutura política semelhante, bem como formas externas de manifestação pública parecidas”. (Corrêa, 1984, p. 173).

Como a AIB surgiu e cresceu em Santa Catarina com adeptos inspirados no nazismo alemão, tanto os simpatizantes do nazismo, como os descontentes com a política de Nereu Ramos, principalmente a população das colônias alemãs da Serra-Abaixo, passaram a integrar a nova vertente.

O integralismo começou a estruturar-se em Santa Catarina no início de abril de 1934 [...]. Tanto a Coligação Republicana quanto a Ação Integralista Brasileira tinham as suas bases principais no Nordeste do Estado e combatiam o governo estadual, mesmo assim a luta entre ambos não era menos acirrada. (Gertz, 1987, p. 178).

A união entre os nazistas do Partido Social-Nacionalista e os integralistas teria surgido para que o nazismo florescesse aqui, acobertado, já que, entre os teutos simpáticos ao integralismo, também havia muitos antinazistas. O integralismo teria sido, assim, um

⁵ As principais organizações vinculadas ao Círculo Catarinense eram: Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – NSDAP (em alemão: *National-Sozialistische-Deutsche-Arbeiter-Partei*), Juventude Teuto-Brasileira - HJ, (em alemão: *Deutsch-Brasilianischer Jugendring*), Comunhão de Trabalho de Mulheres Nacional-Socialistas – NSF, Associação de Professores Nacional-Socialistas – NSLB, Frente do Trabalho Alemã – DAF, Assistência Nacional Socialista – NSV, entidades que, na maioria, tinham sede nacional em São Paulo.

disfarce. René Gertz (1987), em *O Fascismo no Sul do Brasil*, menciona que Santa Catarina era o terceiro Estado em número de filiados na AIB (p. 113), com forte concentração em Blumenau, onde existiam os principais grupos nazistas acobertados pelo integralismo.

Parte-se do pressuposto que entre os teutos havia uma resistência generalizada contra a assimilação; a conservação da identidade alemã teria levado a uma adesão maciça ao nazismo. Como os grupos nazistas oficialmente só podiam aceitar cidadãos alemães, a adesão ao integralismo se explicaria de duas maneiras básicas: havia uma íntima colaboração entre integralismo e nazismo, assim que o primeiro praticamente servia de disfarce para o segundo ou os teuto-brasileiros não eram capazes de distingui-los e acreditavam que não havia diferença entre ambos, aderindo a esmo (Gertz, 1987, p. 114).

Em outro documento encontrado durante a campanha de nacionalização, datado de 15 de abril de 1935, do Chefe Integralista de Joinville, consta que:

Embora a Ação Integralista Brasileira seja também partido político, e como tal, registrada no Supremo tribunal Eleitoral, essa qualidade absolutamente não é essencial. Um dos primeiros escopos da AIB é a formação de uma nova mentalidade. Funcionando como centro de educação moral e cívica, ensina ao povo os princípios de Deus, da Pátria, da Família, da ordem, da Autoridade, da Dignidade Nacional, da Liberdade da Pátria, das Tradições Nacionais, da Honra Pessoal, do Dever, do Culto aos grandes vultos nacionais e ainda, crer na capacidade do Povo Brasileiro, e a tudo sacrificar pela construção de um Grande Brasil. (DOPS/SC, 1944, p. 161).

O integralismo considerava-se genuinamente brasileiro, Diziam seus adeptos que, quem não era integralista, então, era comunista. O líder, Plínio Salgado, era chamado de "Fuherer". Pregava a liberdade de culto e de religião e que os filhos de estrangeiros tinham a obrigação de aprender a língua de seu país, ao mesmo da língua dos brasileiros. Em Santa Catarina, o movimento conseguiu arregimentar muitos alemães e italianos e seus descendentes, em virtude da semelhança de sua ideologia com as da Alemanha e Itália, notadamente no tocante à luta contra o comunismo.

A simpatia do teuto-brasileiro, pelo pensamento integralista é, do ponto de vista psicológico, perfeitamente compreensível. Muitos deles estavam entusiasmados pelas idéias do nacional-socialismo, mas como cidadãos brasileiros não eram aceitos nos grupos do partido. A juventude, nas colônias, ainda não em idade de avaliar questões ideológicas com olhar crítico, via-se atraída pelo novo ritmo, entusiasmo e formas exteriores do Movimento Integralista. A uniformização com camisas-verdes, a saudação Anauê com o braço levantado, canções e passos de marcha os arrastam. Aham semelhança entre o programa integralista e as finalidades do nacional-socialismo alemão, ainda mais que esse programa vêm de encontro aos desejos que de há muito os teuto-brasileiros, amantes da ordem, abrigam em si. A isso deve acrescentar-se seu grande amor patriótico e sua fidelidade ao Estado, com que sempre esteve nas primeiras fileiras daqueles que lutavam pelo bem do Brasil. Com isso, porém, não atenta que o Integralismo, no pensamento dos luso-brasileiros, tem outras formas (e pode sofrer modificações) do que o nacional-socialismo alemão. (Kahle, 1944, p. 124).

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra a Alemanha, os alemães e os teuto-brasileiros catarinenses, bem como os italianos e ítalo-brasileiros, passaram a sofrer na carne o revés pela manifestação anterior de apoio ao nazismo. A resposta

governamental, federal e estadual, pela campanha da nacionalização, atingiu todas as comunidades alemãs (e as italianas, polonesas e ucranianas) catarinenses e, assim, também as da Região do Contestado, aqui instaladas quando da colonização.

A AIB, que atuava como partido político, mesmo vindo a apoiar Getúlio Vargas, por ele foi proibida de funcionar em 1937, quando da decretação do Estado Novo. Para consolidar a ditadura, então, Vargas voltou-se também contra os integralistas, que só puderam voltar a atuar quando da redemocratização em 1945, oportunidade em que se rearticularam em torno do Partido de Representação Popular – PRP, o que aconteceu também no Estado, só que, agora, sem nazistas ou comunistas.

Em Lages, o Comandante da Milícia Integralista era o eng^o Han Walter Taggesell, alemão de nascimento. Documentos de sua autoria foram apreendidos pelo DOPS em sua residência. Em um deles, de 17 de janeiro de 1932, debochava dos lageanos: “Aqui só há dois partidos: um que está no governo e que rouba desenfreadamente e outro que desejaria governar para também roubar. É um verdadeiro teatro de macacos”. (DOPS/SC, op. cit., p. 125). Numa carta de 24 de novembro de 1937, diz que em Blumenau, “tudo que não é integralista é nacional-socialista”. (op. cit., p. 126).

O lageano Nereu Ramos assumiu o Poder Executivo Estadual a 1^o de maio de 1935 e ficou no cargo até novembro de 1945, cabendo-lhe implementar a nacionalização no Estado. Enquanto Governador e Interventor, foi prestigiado por Getúlio Vargas. Em 1936, Santa Catarina tinha 43 municípios com eleições marcadas para março. O Partido Republicano de SC só venceu em Itajaí. O Partido Liberal venceu em 30 municípios, como em Lages e na totalidade da Região do Contestado. Os Integralistas, fortes nas colônias alemãs, venceram em sete municípios, inclusive em Blumenau e em Joinville. O Golpe de Estado de 1937, entretanto, veio a mudar novamente o panorama político nos municípios. As câmaras legislativas municipais foram fechadas e os prefeitos recém-eleitos foram depostos e substituídos por interventores municipais, nomeados pelo Interventor Estadual, Nereu Ramos.

A nacionalização em Santa Catarina

A “Campanha da Nacionalização”, levada a efeito em todo o País pela Ditadura de Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945), alcançou em cheio o Estado de Santa Catarina com conseqüências negativas imediatas, principalmente nos municípios localizados nas zonas de colonização. Entendendo que a influência estrangeira ameaçava a unidade nacional brasileira, o objetivo do Governo de Getúlio Vargas, na segunda metade da década de 1930, foi “nacionalizar” as populações consideradas “alienígenas”, compostas pelas minorias étnicas de imigrantes europeus, notadamente alemãs e italianas, por ele consideradas nazistas e fascistas, uma vez que, estas, insistiam em manter as culturas de origem. Um desses “problemas”, para a segurança nacional, estava no sistema educacional, com a utilização de professores estrangeiros e o uso das línguas estrangeiras nas escolas.

A propaganda racial teve início em 1929, quando apareceram os primeiros hitleristas, iniciando a campanha de infiltração por parte dos adeptos do ditador alemão nas zonas de colonização germânica, a qual recrudescer depois de 1933. A tática usada foi o envolvimento de todas as antigas sociedades alemãs, envolvendo os alemães e os descendentes teutos, mesmo os que já se consideravam também brasileiros, visto que entendiam poder conciliar perfeitamente a dicotomia ser alemão e ser brasileiro, não deixando de lado as tradições e a cultura herdada dos antepassados – a *deutschtum* – e trazidas para o Brasil.

Já por ocasião da I Guerra Mundial, em 1917, com a entrada do Brasil no conflito contra a Alemanha, o Ministério do Interior havia determinado o imediato fechamento de duzentas escolas particulares catarinenses, na maioria teuto-brasileiras, nas quais não se ministrava a Língua Portuguesa. Em 1918, apenas 72 dessas escolas foram reabertas, agora com professores brasileiros. Ao destacar a existência de 1.041 escolas teuto-brasileiras, com 40.585 alunos no Rio Grande Sul, em 1935, Lúcio Kreutz completa que

Para possibilitar uma visão comparativa com a questão escolar entre os teuto-brasileiros de outros estados da Federação, sabe-se que em 1937 havia em Santa Catarina 361 escolas e 402 professores paroquiais. Proporção bem menor de escolas teuto-brasileiras havia nos demais estados com imigração alemã. Segundo dados da Associação nacional de Professores Teuto-Brasileiros (*Landerverband deutschbrasilianische Lehrer*), havia em 1930 a soma de 61 professores teuto-brasileiros no Paraná, 33 em São Paulo, 16 no Rio de Janeiro e 67 no Espírito Santo. (p. 254).

No Estado de Santa Catarina, em 1935, das 2.066 unidades escolares, 1.465 eram públicas e 610 (30%) eram particulares, onde estudavam 24% do alunado catarinense. No processo de nacionalização desencadeado pelo Estado Novo, as escolas desempenharam papel preponderante. Nas colônias e vilas formadas por imigrantes alemães as escolas foram alvo da fúria nacionalista. Com a Campanha de Nacionalização, oito anos depois, em 1943, de um total de 2.449 escolas no Estado de Santa Catarina, apenas 105 (4,29%) eram particulares e 2.344 eram públicas. A Associação dos Professores em Santa Catarina contava com 402 associados, distribuídos por 361 escolas, abrangendo uma população escolar de 13 mil alunos.

A nacionalização no Contestado

Todos os municípios existentes na Região do Contestado, até 1935, passaram pelo processo educacional promovido pela Reforma Vidal Ramos (1911), ou seja, pelo sistema de ensino idealizado pelo paulista Orestes Guimarães. Entretanto, os primeiros “grupos escolares”, organizados vinte anos antes no Estado, só chegaram aqui depois da Revolução de 30. O descaso do poder público para com a educação no Centro-Oeste Catarinense era evidente. A lacuna – falta de escolas – foi preenchida, durante todos este tempo, pelos estabelecimentos particulares, na maioria confessionais, com apoio das comunidades que surgiam na medida

em que avançava a colonização e, onde não havia pastores, padres ou freiras, o ensino ficava por conta de professores arregimentados dentre os próprios imigrantes.

Na metade da década de 1930, a Chefia Integralista já havia criado dezesseis regiões de *governadores regionais*, sendo que, destas, quatro *governadorias* abrangiam municípios da região do Contestado: a sexta, de Jaraguá, São Bento, Mafra e Itaiópolis; a sétima, de Canoinhas e Porto União; a oitava, de Concórdia e Cruzeiro; e a décima quinta, de Caçador, Campos Novos e Curitiba. Em 1937, quando do fechamento dos partidos políticos, havia 102 mil camisas-verde (inclusive mulheres, velhos e crianças) inscritos em Santa Catarina, movimento que contava com oito prefeitos, 72 vereadores e cerca de cem juizes de paz. Na Região do Contestado, dos 32.898 integralistas *de carteirinha*, componentes do contingente eleitoral do Estado, os inscritos na Chefia Provincial Integralista de Santa Catarina, eram: Caçador 258, Concórdia 168, Canoinhas 650, Cruzeiro 290, Curitiba 343, Campos Novos 415, Itaiópolis 331, Mafra 180 e Porto União 161. (op. cit., p. 141-143).

Em 1943, Antonio de Lara Ribas, então Capitão da Força Policial Catarinense e Delegado do DOPS em Santa Catarina, ao escrever *O Nazismo em Santa Catarina*, primeiro capítulo do livro *O Punhal Nazista no Coração do Brasil* (primeira edição em 1943 e a segunda em 1944), destacou:

Devemos levar em conta que, muito mais perniciosa, face às suas finalidades, era a extinta "Liga Escolar de Santa Catarina", porque vinha sem dúvida nenhuma obedecendo ao plano traçado pela organização do exterior "AO", do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães – NSDAP, cujas diretrizes deviam ser executadas através da Liga Nacional de Professores – NSLB no que se referisse à missão instrutiva e educacional das juventudes de sangue alemão.

Si atentarmos no fato de a Liga Escolar de Santa Catarina⁶ ser composta, até 1937, de 361 escolas, não é preciso grande esforço para que se conclua dos grandes males que ameaçavam desvirtuar o espírito patriótico de milhares de crianças brasileiras que vinham sendo educadas de acordo com o nefasto programa do nazismo.

A Liga Escolar de Santa Catarina tinha todos os seus postos de influência em mãos de individualidades nazistas de alta expressão partidária [...] A organização escolar do professorado alemão tinha como sede a Capital do Estado de São Paulo e filiadas a ela estavam disseminadas pelos país, mais oito associações de professores, além da "Caixa de Aposentadorias e Pensões" para os professores teuto-brasileiros, esta com sede na Capital da República.

O território de Santa Catarina estava dividido pela Liga Escolar, em catorze regiões, além de outros departamentos auxiliares. A "Associação de Professores Alemães de Santa Catarina" possuía, então, dezoito núcleos professorais, dentre os quais vários deles eram chefiados simultaneamente por dirigentes dos núcleos do NSDAP. [...] Ora, diante do exposto, não pode restar a mais leve sombra de dúvida sobre a concretização da preponderante infiltração nazista no seio das extintas escolas particulares teuto-brasileiras em Santa Catarina. (p. 56-57).

As provas que acabamos de oferecer são suficientes para provar a infiltração nazista no seio das sociedades a que nos referimos. Queremos, entretanto, esclarecer que *em muitas outras cidades*

6 Para o Capitão Lara Ribas, a Liga Escolar de Santa Catarina era uma organização "verdadeiramente nazificada pela influência existente na sua direção, de elementos destacados do Partido Nazista". (p. 193).

e vilas do interior, tais como Porto União, Cruzeiro, Canoinhas, São Bento, Vitória, Rio do Peixe, etc., existem fomentadores nazistas que procuravam solapar o espírito sadio de brasileiros descendentes da raça germânica, componentes de organizações semelhantes às que acabamos de examinar. (p. 68).

A imprensa do Município de Joaçaba deixava clara a importância que a educação formal assumia para a efetivação da campanha de nacionalização. Ainda antes da instituição do Estado Novo e, por conseguinte, da deflagração da campanha nacionalista, os jornais locais apregoavam a necessidade do poder público se preocupar com a educação, como se lê:

Cuidemos com carinho da Instrução Pública. Ensinemos com desvelo aos filhos dos colonos. Mostremos a esses pequeninos entes, a grandeza da nossa pátria. Procuremos porem incutir nesses homens de amanhã um civismo sadio – esta terra generosa que recebeu os seus pais, que os viu nascer – não os quer estrangeiros. É preciso que cada filho de colono aprenda a sentir conosco os ímpetus da nacionalidade. (O Cruzeiro, n. 9 nov. 1933, apud Adelar, op. cit.).

As medidas tomadas por Nereu Ramos dentro do processo de “nacionalização do ensino”, dez anos depois, ainda eram elogiadas pela equipe de governo do clã dos Ramos que, em 1949, continuava instalado no Palácio Catarinense. Leia-se esta parte do texto *A Educação em Santa Catarina*, publicada na *Revista do Globo*, de Porto Alegre, a 15/10/1949:

A consolidação desta grandiosa obra foi feita pelo próprio filho de Vidal Ramos, o sr. Nereu Ramos, quando então interventor do Estado de Santa Catarina durante o governo do dr. Getúlio Vargas. A luta que o sr. Nereu Ramos teve de enfrentar em nada ficou devendo à que seu pai tivera 25 anos antes, guardando sempre as proporções de tempo e espaço. Esta luta foi a da nacionalização do ensino.

Santa Catarina é o Estado do Brasil que apresenta a maior população de origem alemã. (...) As únicas escolas que os habitantes conheciam eram as alemãs, dirigidas por professores alemães, e onde se ensinava exclusivamente o alemão. Nessas escolas, o português era uma língua cujo estudo era considerado facultativo...

Em menos de três anos o sr. Nereu Ramos liquidou com esta influência estrangeira no ensino nacionalizando completamente toda uma região, considerada por muitos como irrecuperável. Quase que de um só gesto fechou mais de 700 escolas de organização estrangeira (escolas paroquiais) ao mesmo tempo que abria outras tantas dirigidas por professores nacionais nos mesmos lugares onde antes funcionavam as primeiras. (p. 53-55).

Seguindo as diretrizes do Decreto Federal nº 868, de 18 de novembro de 1938, do Decreto-Lei Estadual nº 88, de 31 de março de 1938, e do Decreto-Lei nº 301, de 24 de fevereiro de 1939, entre outras providências drásticas pela nacionalização, o Interventor Estadual em Santa Catarina, Dr. Nereu Ramos, determinou o fechamento de escolas particulares, as prefeituras interditaram as escolas primárias municipais subvencionadas, demitiram o respectivo professorado e as converteram em escolas municipais.

Esse decreto possibilitou ao Interventor fechar grande número de escolas particulares, e não permitir a abertura de outras. Nas áreas de colonização alemã do Estado, como foi o caso do Vale do Rio do Peixe, tornava-se bastante difícil, para os responsáveis pelas escolas já em atividades, a obediência plena das normas exigidas no Decreto-lei nº 88. A mudança repentina de governo, que passou a controlar a educação através de decretos, com uma fiscalização rígida do ensino nas áreas coloniais, tornou impossível às escolas, o cumprimento, em curto prazo,

das exigências legais. Com isso, várias foram as escolas comunitárias e particulares do Estado que tiveram de fechar suas portas, por não terem seus requerimentos de licença aprovados pela Secretaria do Interior e Justiça, ou mesmo por não conseguirem reunir as condições viáveis para requerer essa licença. (Bleichuvel, 2000, p. 190).

A nacionalização do ensino induziu a uma destruição generalizada e indiscriminada da memória histórica regional. Foram destruídos livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos daquele período. Esta destruição foi efetivada tanto pelos agentes oficiais, que estavam a serviço da Nacionalização, quanto pelos próprios imigrantes e seus descendentes teutos e ítalo-brasileiros, como uma atitude de autodefesa. Da mesma forma, muitas comunidades, principalmente do meio rural, foram privadas de seu líder principal, o professor, e foram obrigadas a assistir à desestruturação da rede de organização comunitária.

Corre à solta, ainda hoje, a suposição de que Nereu Ramos – representante da oligarquia Ramos – investiu contra as escolas alemãs, através da Campanha de Nacionalização, como vingança sutil à oligarquia rival – das famílias Luz, Konder e Bornhausen, que dominou a política estadual de 1918 até 1930 – contrária aos seus interesses. A abertura das sobre-valorizadas escolas públicas, estaduais e municipais, para substituir as escolas fechadas, logo transformou-se em instrumento de valor político-eleitoral do Governo para atender prefeitos, vereadores e deputados.

O Prof. Adelar Heinsfeld (2003), em *O poder público repressor: a campanha de nacionalização e a educação em Joaçaba*, anota que, no relatório que apresenta ao Presidente da República, referente ao exercício de 1943, o interventor Nereu Ramos salienta que a administração estadual não descuidou da educação catarinense desde 1911, quando seu pai, Vidal Ramos lançou os fundamentos de uma grande reforma no mecanismo escolar de Santa Catarina, destacando:

O fenômeno da nacionalização escolar vinha de longe, e agravado, no suceder dos anos, pela excessiva liberdade concedida ao ensino particular. Nas extensas zonas de colonização, as escolas provadas subiram à centenas, desenvolvendo-se à margem de qualquer característica de brasilidade, e custeadas pelo espírito associativo do colono, senão por governos estrangeiros". Diante da "gravidade" que as escolas particulares representavam só havia uma solução: "*Fechar as escolas de cunho desnacionalizante e substituí-las imediatamente por outras, diretamente mantidas pelo Estado*". As dificuldades financeiras do Estado aconselhavam a não fazer despesas imensas. Mas isso não foi considerado empecilho pelo interventor: "Não nos deixemos, entretanto, impressionar pela magnitude do problema educacional, a qual consagramos as nossos melhores atenções através de legislação incisiva, que permitiria o fechamento dalgumas centenas de unidades, cujo corpo discente se crava no desamor ao Brasil.

A agressiva política de nacionalização do ensino desencadeou-se em Santa Catarina, na administração de Nereu Ramos⁷, sob orientação dos órgãos federais⁸, em 1938 e 1939, logo alcançando as administrações municipais, estas também sob intervenção. As escolas comunitárias e particulares foram fechadas e os professores não brasileiros foram proibidos de lecionar (Monteiro, 1979; Aquino, 1942). O desmonte do aparato escolar criado pelos imigrantes foi imediato, como lembrou Ecleides Bleichuvel:

No Vale do Rio do Peixe o projeto nacionalizador, ao contrário de outras realizações, chegou rapidamente. Os interventores nos municípios eram pessoas perfeitamente identificadas com os objetivos governamentais, e atenderam prontamente as ordens superiores relativas a nacionalização. A participação do poder público foi eficiente e aconteceu sem grandes choques. No entanto, o fechamento das escolas comunitárias e o afastamento dos professores escolhidos e estimados pelas comunidades provocaram reações negativas por parte da população (2000, p. 186).

No Município de Cruzeiro (atual Joaçaba), separado da Região do Contestado apenas pelo curso do Rio do Peixe, a situação era idêntica. No trabalho *O poder público repressor: a campanha de nacionalização e a educação em Joaçaba* (2003), Adelar Heisfeld conta que

Com o advento do Estado Novo e com o início da Campanha de Nacionalização em 1938, aquilo que até então era exaltada, a presença do imigrante, passa a ser combatido de uma forma muito intensa. As medidas impositivas decorrentes do processo de nacionalização se fizeram sentir nas comunidades ao longo do Vale do Rio do Peixe que tiveram sua colonização fundamentada nos emigrantes de origem alemã e italiana. A campanha era executada em todos os níveis. Jornais da cidade de Cruzeiro reproduziam os discursos de Getúlio Vargas, e ngajados que estavam na campanha da nacionalização. Além de reproduzir os discursos do Presidente, atacavam violentamente os que não eram considerados "brasileiros". (Heisfeld, op. cit.).

Presentemente, em parte, nossa pesquisa para doutoramento concentra-se na busca de fontes primárias que revelem detalhes da metamorfose provocada pela nacionalização, de substituição das escolas alemãs pelas escolas públicas, nos municípios da Região do Contestado.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Aggeô Pereira do. São Paulo. *Revista Educação*, v. VII, n. 4-5, abr./maio, 1932.
AQUINO, Ivo. *Nacionalização do ensino*. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

⁷ Vide o Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938, e o Decreto-Lei nº 301, de 24 de fevereiro de 1939, assinados por Nereu Ramos.

⁸ Vide Decreto nº 406, de maio de 1938, Decreto nº 1006, de 10/12/1939, Decreto nº 1545, de 25/08/1939, Decreto nº 2072, de 08/03/1940, entre outros.

- BEZERRA NETO, Luiz. **A luta pela escola pública rural na primeira metade do século XX e suas articulações com o ruralismo pedagógico**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.
- BLEICHUVEL, Ecleides de Fátima. **Dois institutos e um projeto: igreja, escola e nacionalização no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina – 1917-1945**. 2000. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, 2000.
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas**. Florianópolis: UFSC/Assembléia Legislativa, 1984.
- A EDUCAÇÃO em Santa Catarina. **Revista do Globo**, Porto Alegre, RS, Ano XXI, n. 493, 15 out. 1949.
- GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René. **O perigo alemão**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- UM GOVERNADOR e seu Estado. **Revista do Globo**, Porto Alegre, RS, Ano XXI, n. 797, 10 jun. 1961.
- HEINSFELD, Adelar. O poder público repressor: a campanha de nacionalização e a educação em Joaçaba SC. In: JORNADA DO HISTEDBR, 3, 2003, Região Sudeste – Americana SP. **Anais**. Campinas: FE/Unicamp/Histedbr, 2003.
- KREUTZ, Lúcio. **Magistério e imigração alemã. O professor paroquial católico teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul no Movimento da Restauração**. 1985. (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MARLOW, Sérgio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: o Estado Novo e a Igreja Luterana Sínodo de Missouri**. Disponível em: anpuhes.hpg.ig.com.br/sergio4.htm. Acesso em 12 jul. 2003.
- MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino em Santa Catarina**. Florianópolis, SC: UFSC, 1979.
- MULLER, Telmo. A nacionalização e a escola teuto-brasileira evangélica. In.: MULLER, Telmo (org.) Nacionalização e imigração alemã. In: SIMPÓSIO DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃ, X, 1994, São Leopoldo. **Anais**. São Leopoldo: Unisinos, 1994.
- OLIVEIRA, Lúcia L. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- PAYER, M. Onice. **Memória(s) da língua. Língua nacional e língua materna**. Campinas: UNICAMP, IEL/Labeurb, sd. Mimeo.
- RODRIGUES, Francisca Pereira. **O braço estrangeiro**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO RURAL, I, 1937, São Paulo.
- SANTA CATARINA. DELEGACIA DE ORDEM POLÍCIA E SOCIAL DE SANTA CATARINA. **DOPS/SC O punhal nazista no coração do Brasil**. 2 ed. Florianópolis: Imprensa oficial, 1944.
- THOMÉ, Nilson. **Apolítica no Contestado. Contribuição ao estudo da formação política da Região do Contestado em Santa Catarina – da Proclamação da República à redemocratização de 1946**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Contestado, Caçador, SC, 2001.
- _____. **Primeira história da educação escolar na Região do Contestado**. Caçador, SC: UnC/ Museu do Contestado, 2002.